

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 127

Data 7 de abril de 1976

Pg.: \_\_\_\_\_

## Cimi fica distante da Funai

ELIANA LUCENA

Enviada especial

Comparando-se o encontro da Regional Sul do Cimi, Conselho Indigenista Missionário, realizado atualmente em Curitiba, com as reuniões anteriores, realizadas no início da atual administração da Funai, pode-se notar que os missionários abandonaram qualquer política de aproximação com o órgão oficial indigenista. Embora não estejam na pauta de trabalhos dos missionários discussões sobre o relacionamento entre os dois órgãos, essa disposição podia ser sentida ontem, no segundo dia do encontro, iniciado segunda-feira.

Os próprios missionários dizem que a ação da Funai só seria debatida na medida em que a sua política reflète diretamente sobre a situação dos índios na área. E, justificada sua posição, afirmavam que a Funai até agora não resolveu o problema de invasões das áreas indígenas e não está sendo sincera para com os índios, alimentando-os com promessas. No que se refere aos intrusos — dizia o padre Egidio Schwade, assessor do Cimi — “a Funai vem oferecendo soluções utópicas, colocando, por exemplo, a perspectiva de sua transferência para áreas da Amazônia”.

### Falta definição

“O governo precisa definir, de uma vez por todas, o que vai fazer com o índio da Amazônia: ou permite que ele continue vivendo isolado em sua aldeia ou o “civiliza” de uma vez, pois não queremos que ele enfrente a mesma situação que ocorre aqui no Sul do país. Hoje, não somos nem índios, nem civilizados. Nossas terras foram invadidas e, apesar de termos muitas idéias na cabeça, temos dificuldade de conviver com o branco, que continua vindo no

índio uma pessoa sem valor e inútil”.

O desabafo foi feito ontem pelo cacique kaingang Francisco dos Santos Klinton, do posto indígena de Mangueirinhas, no Paraná. Não só ele, mas os outros índios presentes ao encontro defenderam como fator fundamental para a sobrevivência das comunidades tribais a garantia da terra, a coesão tribal e a necessidade de que o próprio índio venha a assumir, no futuro, a chefia dos postos e reservas indígenas. “Quem tem que mandar na casa é o dono da casa, e não seu vizinho”, afirmou Klinton, deixando claro a firme intenção dos kaingangues de se libertarem do sistema paternalista até hoje adotado pelos órgãos de assistência ao índio.

“Antes, o índio daqui do Sul não era unido — afirmou o cacique kaingang — e com isso nossa terra foi sendo invadida. A área de Mangueira foi vendida pelo governador do Estado, Moisés Lupion, para o Grupo Slaviero. Ele dividiu a área pelo meio, deixou mil alqueires na costa do Iguaçu para os índios guaranis e mil alqueires para nós. O resto ficou com a Slaviero. Com isso, perdemos seis mil alqueires, a melhor parte da área indígena, onde tem madeira boa, como pinho, imbuia e marfim. Se a coisa continuar, vamos nos mudar para dentro dessa área, porque somos os verdadeiros donos dela”.

### Autodeterminação

A autodeterminação dos povos indígenas, o direito de serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento, é um dos aspectos mais importantes da nova pastoral adotada pela Igreja no seu trabalho com as comunidades indígenas. O outro é a necessidade de criar uma nova mentalidade missionária de testemunho e compromisso com a luta das minorias étnicas e, ao mesmo tempo,

com a maioria explorada e marginalizada do povo brasileiro, baseando-se nas conclusões do Concílio Vaticano II.

Sobre o primeiro aspecto, o presidente do Cimi, d. Thomas Balduino, bispo de Goiás Velho, considera que o índio deve ser aceito como adulto, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capaz de construir sua própria história. “Conseqüentemente, qualquer organismo religioso ou civil, que considere o índio ou grupo indígena como propriedade ou objeto de manipulação, atenta contra os direitos fundamentais da população indígena”.

A partir desse conceito, d. Thomas já fala no segundo aspecto da pastoral. “Esta nova orientação da Igreja, ainda está em fase de consolidação. Na verdade, todo o trabalho da Igreja missionária sempre se caracterizou exatamente pela falta de respeito à autodeterminação dos povos com a adoção de uma atitude paternalista. Na própria história vamos encontrar sempre os missionários dando total cobertura aos colonizadores, mantendo o índio sob um regime de tutela, impedindo-o de assumir seu próprio destino”.

O encontro de Curitiba, na opinião dos missionários, será mais um passo para consolidar as novas linhas de ação traçadas pela Igreja, que ainda não foram inteiramente absorvidas por todas as missões religiosas no Brasil. Algumas missões, como a do Alto Rio Negro, continuam mantendo o índio em regime tutelar e outras só agora estão despertando para a nova pastoral. Um trabalho difícil, como reconhecem os missionários, pois exige um grande esforço de autocritica.

O encontro de Curitiba completa uma série de reuniões regionais iniciada em 1974, que

leveu em conta a necessidade urgente de a Igreja assumir a causa indígena através da presença e do compromisso, lutando pelos direitos dos índios e pela defesa de suas terras e sua cultura. Antes, foram realizados seis encontros regionais, em Xanxerê, Palmas, Guarapueva, Frederico Westphalen, Lins e Santa Mariana. Nesses encontros, os missionários definiram os trabalhos mais urgentes que precisavam ser feitos junto a essas comunidades: conhecimento da realidade indígena e defesa de suas terras e direitos; necessidade de conscientização da população envolvente, para criar-se uma imagem positiva do índio; incetivo a todas as práticas e trabalhos comunitários; criação de conselhos indígenas, ajudando-os a assumir sua autodeterminação; promoção de encontros entre as comunidades indígenas e reuniões entre seus líderes e chefes; e estímulo ao reavivamento de sua cultura.

Embora o Estatuto do Índio

tenha vetado a autonomia das missões religiosas no trabalho de assistência às comunidades tribais, delegando toda a responsabilidade à Funai, os missionários que discordam da linha de ação adotada pelo órgão oficial estão intensificando, cada vez mais, uma ação paralela, apoiada no trabalho das dezenas de missões religiosas católicas que atuam no Brasil.

“O índio não precisa deixar de ser índio para ser cristão”, afirmou ontem d. Thomas Balduino, ressaltando que a Igreja está preocupada em manter com o índio um relacionamento fraterno, respeitando sua cultura e suas tradições. “Queremos ajudá-los a viver melhor, com aquelas coisas que eles já tem. Não queremos levar a mensagem de Cristo como a Salvação, porque ela, na verdade, já existe como semente no meio deles”.